

PARQUE PÚBLICO: UM “ÁLIBI VERDE” NO CENTRO DE OPERAÇÕES RECENTES DE REQUALIFICAÇÃO URBANA?

ANGELO SERPA

Departamento de Geografia
Universidade Federal da Bahia
Pesquisador do CNPq
angserpa@ufba.br

RESUMO

Neste artigo, o papel central dos parques públicos, como elementos dinâmicos de programas de renovação urbana, é examinado à luz de alguns estudos de caso em Paris e Salvador. Nós analisamos também a tendência à homogeneização de linguagem no paisagismo contemporâneo, em consequência da globalização e da internacionalização dos projetos paisagísticos. Como elementos de dinamização da economia urbana, os parques públicos parecem acentuar a segregação social, funcionando como “álibis” de determinadas políticas de intervenção urbana. Este artigo primeiro procura qualificar a localização desses equipamentos na escala metropolitana, em Paris e Salvador. A natureza da descontinuidade produzida pelos novos parques em comparação com as áreas vizinhas é demonstrada através de dados relativos à valorização do solo urbano, indicando diferenças significativas entre os espaços onde os parques estão localizados e as demais áreas das aglomerações metropolitanas analisadas.

PALAVRAS-CHAVE: Parques públicos. Espaço público. Cidade contemporânea. Renovação urbana. Segregação social.

PUBLIC PARKS: A “GREEN ALIBI” FOR RECENT URBAN UPGRADING POLICIES?

ABSTRACT

With the help of case studies in Paris and Salvador, this paper discusses the dynamic role played by public parks in urban renewal programs. The trend towards homogenization of the design language in contemporary landscaping is seen as a consequence of globalization and of the internationalization of landscape design. As dynamic elements of the urban economy, public parks have become good “alibis” for the implementation of urban policies but their provision tends to increase social segregation. The paper starts out by qualifying the locations where public parks are found in the metropolitan areas of Paris and Salvador. The contrast produced by the location of the new urban parks and their neighboring areas is then assessed by means of a property value analysis. The work demonstrates that the new parks have increased property value differences with both cities.

KEY-WORDS: Public parks. Public space. Contemporary city. Urban renovation. Social segregation.

INTRODUÇÃO

Este artigo procura elucidar o papel do parque público como instrumento de valorização fundiária na cidade contemporânea na França e no Brasil. Nosso objetivo principal é o de demonstrar o papel central do parque público em operações recentes de revitalização/requalificação de bairros “em crise”, assim como de áreas industriais e comerciais decadentes, em Paris e Salvador. Um ano de estágio pós-doutoral em Paris¹ permitiu a realização de uma pesquisa de campo na França, trabalhando-se com o mesmo objeto de estudo já trabalhado anteriormente no Brasil: os parques urbanos.

Este artigo resulta, portanto, do cruzamento das análises e dos resultados de pesquisas realizadas em contextos sócio-culturais e econômicos por vezes muito distintos. A partir de análises centradas no papel do parque público e nas operações urbanas que deram origem a esses equipamentos, objetiva-se uma abordagem das diferenças e semelhanças entre as duas metrópoles analisadas. Aqui, a análise das semelhanças deve ter um peso equivalente à explicitação das diferenças, de acordo com a máxima de Milton Santos (1994): as regiões e os lugares são “*as distintas versões da mundialização*”², em um contexto de homogeneização de espaços e técnicas, na escala mundial.

Elaborado e concebido como equipamento urbano na escala da cidade e da aglomeração, o parque público concretiza-se, em geral, no contexto de um grande programa imobiliário. Os discursos oficiais colocam sempre em primeiro plano as virtudes encarnadas por esse tipo de equipamento sem, no entanto, excluir seu valor econômico, menos sedutor do ponto de vista ideológico, mas determinante para a realização deste tipo de operação urbana. Note-se que essas operações são acompanhadas de novos processos de especulação imobiliária nas cidades analisadas. Elas resultam da intervenção direta dos poderes públicos – em certos casos associados aos empreendedores locais – e produzem transformações profundas do perfil populacional e da funcionalidade dos bairros afetados.

O paisagista Gilles Clément, um dos criadores do Parque André-Citroën, em entrevista concedida no âmbito dessa pesquisa, acha que a Prefeitura de Paris, baseada em um discurso contraditório, conduz uma política estranha de requalificação do espaço urbano, «*porque, por um lado, cria novos parques, que são realmente interessantes em termos de*

¹ Realizado com bolsa de pós-doutorado da CAPES entre março de 2002 e março de 2003.

² SANTOS, 1994, p. 46.

concepção, mas, por outro lado, expulsa para a periferia os antigos habitantes dos bairros onde esses parques são implantados. Essas pessoas não possuem renda para continuar em Paris, por isso são rejeitadas pela cidade». Para Clément, o discurso oficial é contraditório, porque defende a idéia de que o parque dará aos habitantes da cidade uma «*vida mais agradável*», mas, na verdade, esses parques são, na sua maior parte, reservados a um tipo específico de público, que não inclui os menos favorecidos, em termos de renda e formação.

Nessa perspectiva, é conveniente se interrogar sobre o perfil sócio-econômico das populações (antes e depois das operações urbanas e da implantação dos parques públicos), bem como sobre o tipo de atividades introduzidas, em suma sobre a lógica econômica dessas operações de urbanismo (com que objetivos? Valorização e diversificação do patrimônio construído?). Para encontrar respostas para essas questões, nós consultamos estudos e pesquisas realizadas por diferentes instituições: APUR – Ateliê Parisiense de Urbanismo, a Associação de Cartórios de Paris, a CONDER – Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia e a Prefeitura Municipal de Salvador. A análise destas fontes documentais teve como objetivo evidenciar o mercado habitacional e sua evolução nas duas últimas décadas, bem como as relações existentes entre as políticas de renovação urbana, de construção de habitação social e de valorização do patrimônio construído.

Os resultados dessas análises nos levam a formular a hipótese seguinte: Os novos parques públicos são elementos de valorização do espaço urbano que contribuem para um processo de substituição de população nas áreas requalificadas. Eles tornaram-se álibis para justificar “*grandes transformações físicas e sociais dos bairros afetados*”³ pelas operações de requalificação urbana. Álibis, porque os parques públicos sempre representam e expressam valores éticos e estéticos, que ultrapassam largamente seus limites espaciais. Qualquer que seja a época, esses valores estão sempre presentes no discurso oficial e nas políticas públicas aplicadas às cidades: higienismo, pacifismo, beleza estética. Essa reunião de valores reforça uma metáfora ainda hoje pertinente, de que o parque público é um instrumento de integração social e espacial das cidades⁴. Trata-se de um discurso sobretudo promocional, veiculado pelos poderes públicos, mas também pelos promotores e incorporadores imobiliários. Os novos parques parecem ter sido concebidos como

³ INGALINA, 1997, p. 90 (tradução do autor).

⁴ BARTHE, 1997.

elementos centrais de operações urbanas para provocar voluntariamente *“uma implacável mecânica de substituição de população”*⁵, funcionando como aceleradores das mudanças no perfil social dos bairros e cidades “requalificados”.

A segregação de grandes parcelas da população reforça a idéia de que, no contexto urbano contemporâneo, o parque público é antes de mais nada um espaço com alto valor patrimonial, contrariando o senso comum que idealiza esses equipamentos como bens coletivos e lugares da diversão, do entretenimento e da “Natureza socializada”. Se é verdade que determinadas políticas provocam efeitos segregativos, seria necessário se interrogar o que inspira essas políticas, explicitando suas reais finalidades, de modo a evitar *“as conseqüências perversas da revalorização simbólica e social que são aceleradas pelas operações de renovação, caçando os antigos moradores em proveito das novas classes médias”*⁶.

Em Paris, como em Salvador, vários grandes parques foram concebidos e implantados a partir do fim dos anos 1980. Estes projetos sugerem uma ligação clara entre “visibilidade” e espaço público. Eles comprovam também o *“gosto pelo gigantismo e pelo grande espetáculo”*⁷ em matéria de arquitetura e urbanismo. De uma forma deliberada, os novos parques públicos se abrem mais para o “mundo urbano exterior” e se inscrevem num contexto geral de “visibilidade completa” e espetacular. Por outro lado, os novos parques são projetados e implantados por arquitetos e paisagistas ligados às diferentes instâncias do poder local, que se tornaram verdadeiras “grifes” do mercado imobiliário.

De acordo com sua importância – simbólica e/ou econômica – os projetos dos grandes parques inserem-se na lógica do mercado mundializado e dos concursos nacionais ou internacionais. Os candidatos possuem prestígio profissional proporcional ao tamanho do parque e à importância do projeto. Podemos resumir essa situação dizendo: para pequenos parques, candidatos locais; para grandes parques, candidatos de renome no país e no exterior⁸. No Brasil, como na França, outros espaços públicos como as praças, largos e pequenos jardins escapam em geral a essa lógica – sobretudo econômica – segundo a qual os grandes parques tornaram-se imagens publicitárias dos poderes político e econômico. Visto

⁵ BELMESSOUS, 2000, p. 79-80 (tradução do autor).

⁶ PRETECEILLE, 1997, p. 114 (tradução do autor).

⁷ CHOAY, 1985, p. 246 (tradução do autor).

⁸ BARTHE-DELOISY & SERPA, 2003.

assim, praças, largos e pequenos jardins não interessam – sobretudo por seu tamanho – aos agentes imobiliários, já que eles não ajudam aos poderes em suas estratégias de representação. Não vale à pena mediatizá-los nas revistas especializadas ao redor do mundo, eles não oferecem a ocasião de organizar um concurso público de prestígio, nem de conceber novos modelos de “desenho urbano”, como os grandes parques. Esta é a razão pela qual nós não os evocaremos aqui.

Em Salvador, os novos parques públicos inserem-se em um contexto de zonas residenciais de alto padrão, onde a paisagem construída resulta – graças aos modismos e à homogeneização dos materiais e das técnicas – em circuitos exclusivos, que nada têm a ver com o contexto “natural” onde estão inseridos. Em Paris, os novos parques seguem como elementos de valorização do espaço urbano, de modo similar àqueles do Segundo Império. Eles não são concebidos apenas como “espaços verdes públicos”, mas como elementos emblemáticos de operações de urbanismo, que substituem *“áreas de perfil operário e popular por novos bairros onde os escritórios e os complexos residenciais de alto padrão passam a dominar a paisagem”*⁹.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A CLASSE MÉDIA

No mundo ocidental, o lazer e o consumo das novas classes médias são os “motores” de complexas transformações urbanas, modificando áreas industriais, residenciais e comerciais decadentes, recuperando e “integrando” *waterfronts*, desenvolvendo novas atividades de comércio e de lazer “festivo”. Isto é particularmente evidente nos Estados Unidos, onde as experimentações se multiplicam, tanto na costa leste, como na costa oeste, antes de se “exportar” para o resto do mundo¹⁰. Em Salvador, o Parque Costa Azul foi implantado no lugar de um antigo hotel em ruínas, margeando a orla atlântica, enquanto o Jardim dos Namorados foi projetado para dar origem a uma zona de pedestres e ciclistas na beira do mar. No Parque Costa Azul tirou-se proveito das qualidades do sítio, das diferenças de nível e de sua proximidade com o mar: o projeto privilegia uma sucessão de vistas panorâmicas sobre a praia, graças à presença de alguns terraços e de um belvedere; no Jardim dos Namorados toda a composição é bordeada pelo mar: escadas e taludes vegetados fazem a transição do conjunto em direção à praia (Figura 1). Em Paris, o Parque de Bercy – no

⁹ DEBIÉ, 1992, p. 233 (tradução do autor).

¹⁰ AUGUSTIN, 2001, p. 74.

lugar dos antigos e célebres depósitos de vinho da cidade – foi construído paralelo ao Rio Sena, enquanto o Parque André-Citroën – implantado no antigo terreno industrial da antiga fábrica Citroën – está orientado em direção ao mesmo rio, que os criadores do parque entendem como o “quarto limite do projeto” em um jardim rodeado de água. Finalmente, o Parque de La Villette foi construído exatamente na confluência dos canais de Ourcq e Saint-Denis, substituindo os abatedores de carne de Paris (Figura 2).

Não queremos aqui voltar a questões já discutidas em outras ocasiões¹¹, mas nos parece importante reafirmar que, na cidade contemporânea, o parque público é um meio de controle social, sobretudo das novas classes médias, destino final das políticas públicas, que, em última instância, procuram multiplicar o consumo e valorizar o solo urbano nos locais onde são aplicadas. Mais precisamente, as novas classes médias são representadas, nas cidades contemporâneas, pelos novos grupos de trabalhadores qualificados, engenheiros e técnicos, que surgem em função da evolução das condições de produção, pelas classes médias assalariadas com um nível elevado de estudos, pelas novas (ou renovadas) categorias profissionais, ou, simplesmente, pelo setor terciário inteiro¹², salvo evidentemente o novo proletariado do terciário, constituído de todas as categorias de trabalhadores pouco qualificados, mal remunerados e exercendo empregos precários¹³. Estamos falando aqui, portanto, de posições sócio-econômicas equivalentes, onde as relações e representações estão “socialmente referenciadas”. Com relação à esfera cultural, pensa-se aqui no conceito de “*habitus*”¹⁴, que concerne os comportamentos das classes médias no tocante à apropriação social do espaço público contemporâneo.

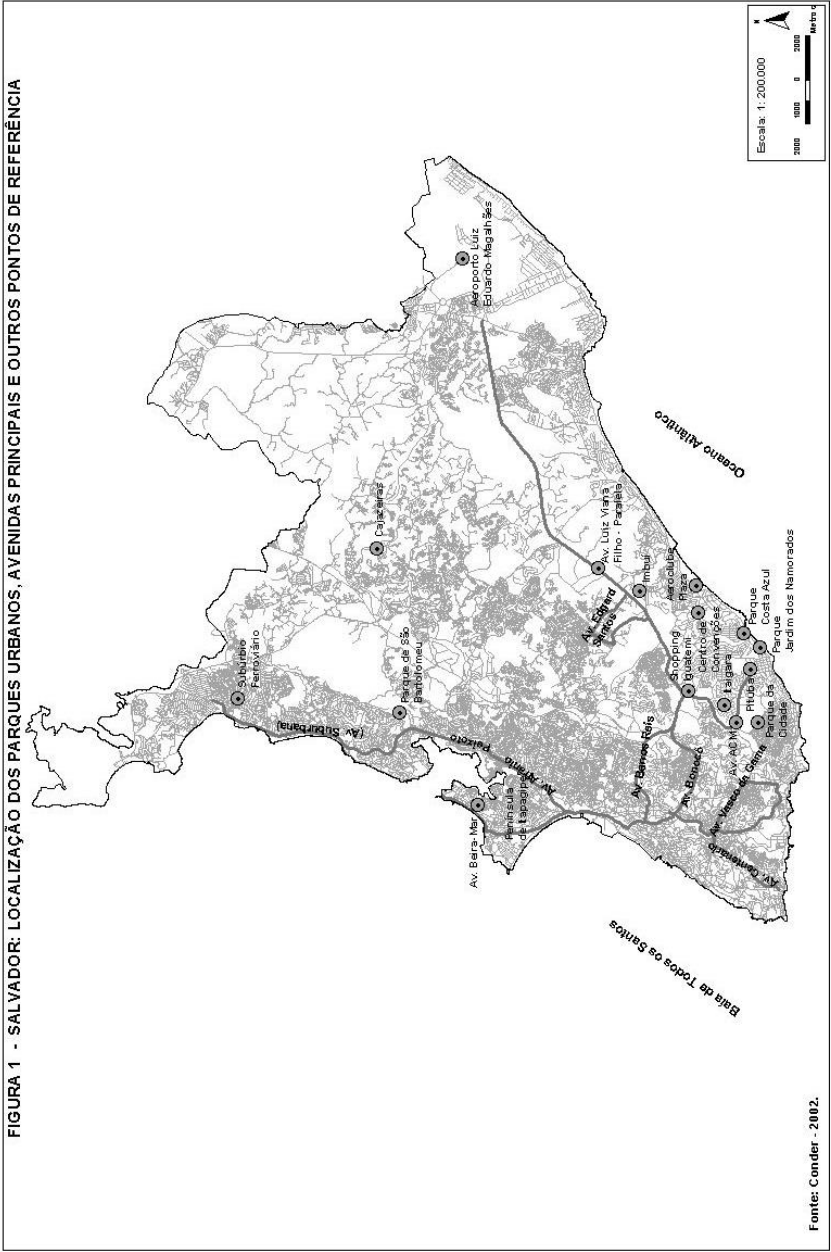
¹¹ Em um artigo ainda inédito, aceito para publicação na revista *Géographie et Cultures*, intitulado *Le Parc Urbain: Un Espace Public dans la Ville Contemporaine? (Etude Comparée Paris-Salvador De Bahia)*.

¹² BIDOU, 1984.

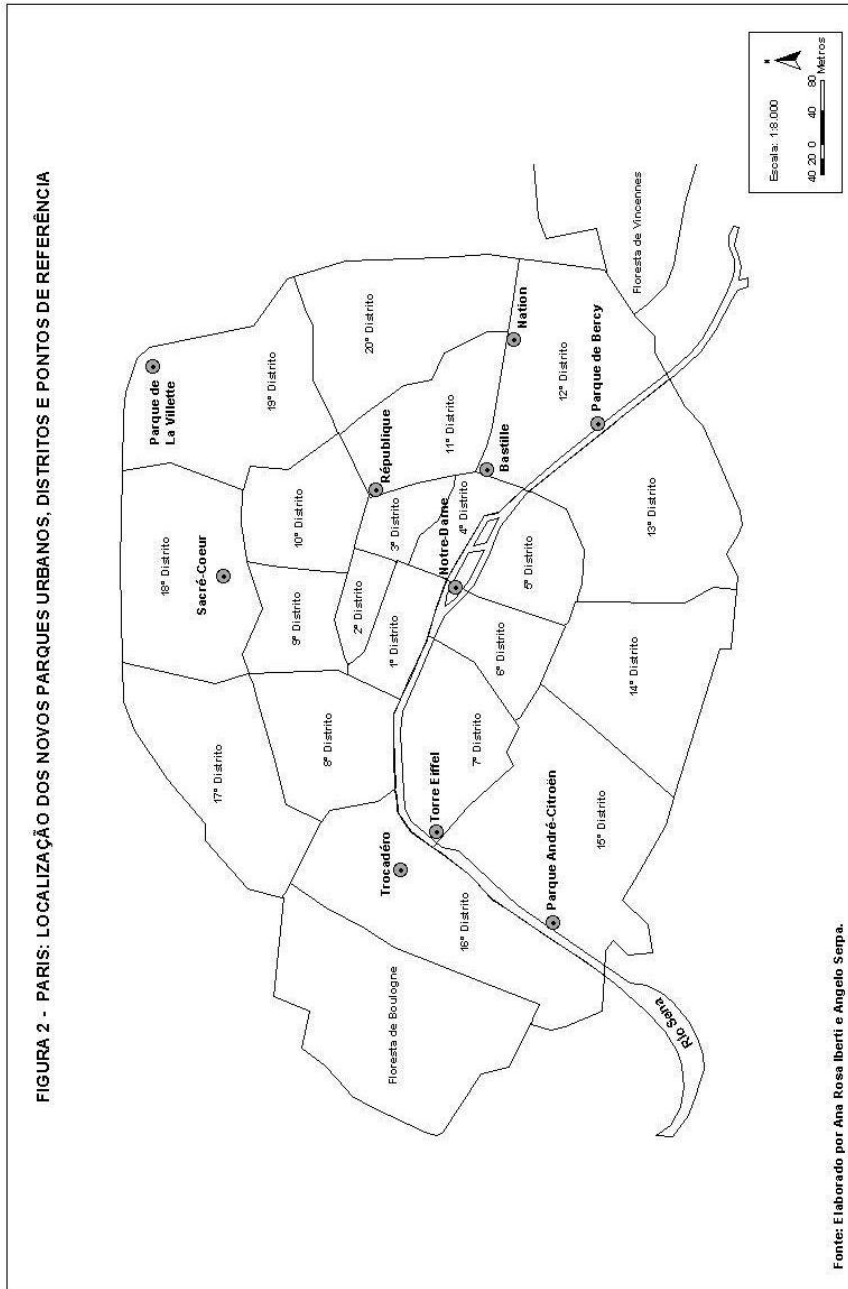
¹³ PRETECEILLE, 2002.

¹⁴ BOURDIEU, 1979.

FIGURA 1 - SALVADOR: LOCALIZAÇÃO DOS PARQUES URBANOS, AVENIDAS PRINCIPAIS E OUTROS PONTOS DE REFERÊNCIA



Fonte: Conder - 2002.



Dois estudos realizados pelo Ateliê Parisiense de Urbanismo (APUR) em 1977¹⁵ e 1980-1981¹⁶ nos espaços verdes de Paris e de sua aglomeração apresentam resultados concordantes: entre os usuários desses espaços há uma predominância clara de profissionais liberais, bem como de trabalhadores qualificados e com nível elevado de estudos, em detrimento dos pequenos comerciantes, artesãos, operários e empregados com baixo nível de escolaridade. Nos parques públicos, os operários são duas vezes menos numerosos do que seria de se esperar, visto sua forte representatividade nos bairros e municípios próximos aos espaços públicos pesquisados. Pesquisas mais recentes, realizadas pelo Estabelecimento Público do Parque de La Villette, confirmam essa tendência: em 1992, os usuários do parque com nível elevado de estudos constituíam 61% do total de visitantes. Em 1993 e 1996, esse percentual oscilou para 57% e 55%, respectivamente¹⁷. Pode-se falar aqui de um fraco sentimento de pertencimento a esse tipo de espaço público entre as classes populares, de uma *“recusa a se deixar guiar por aqueles que se consideram os únicos a ter legitimidade para definir o que é cultura”*¹⁸.

Isso demonstra finalmente que não podemos imaginar que uma cultura de freqüentação dos parques será mais democrática quando os novos modelos se tornarem mais conhecidos e “apreciados” pelas classes populares. A apropriação social dos parques públicos mobiliza códigos de conduta supostamente conhecidos de todos, mas são as classes médias que impõem aqui suas concepções e usos. As atividades culturais oferecidas aos usuários nestes espaços são na maior parte dos casos ignoradas pelas classes populares, cujas práticas – bailes, festas, competições esportivas, espetáculos de variedades, etc. – situam-se fora do campo de práticas reconhecidas como “culturais”¹⁹. Essas práticas de cunho mais popular podem ser observadas em Parques situados em municípios periféricos da aglomeração parisiense (La Courneuve, por exemplo).

No Brasil, as chances de acesso das classes populares aos novos parques públicos dependem sobretudo da oferta e da qualidade dos transportes coletivos e da distância a percorrer, em um contexto de

¹⁵ Em 1977, a APUR entrevistou 1900 visitantes de 48 espaços verdes parisienses.

¹⁶ 12500 visitantes de 25 espaços verdes parisienses foram entrevistados pela APUR em 1980-1981.

¹⁷ EPPGHLV, 1996.

¹⁸ BALLION, AMAR & GRANDJEAN, 1983, p. 52 (tradução do autor).

¹⁹ *Ibidem*.

numerosos bairros periféricos, mal servidos pelo sistema de trens e ônibus urbanos. Em Salvador, das 3 milhões e 691 mil viagens feitas diariamente pelos habitantes da cidade, 1 milhão e 70 mil são feitas a pé, de acordo com uma pesquisa da Superintendência de Transportes Públicos da Prefeitura Municipal. As causas apontadas pelo estudo – que contemplou 600 mil domicílios – para esse fato são, além das dificuldades financeiras (a principal), as necessidades de deslocamentos curtos, a deficiência do sistema de transportes e a tradição das caminhadas em festas populares. Apenas 21% dos domicílios pesquisados têm um carro estacionado na garagem²⁰. Deste modo, ao priorizar a implantação de novos parques e praças na orla atlântica de Salvador, em detrimento da orla suburbana – onde a renda média da população é de 1 a 3 salários mínimos – o governo e a prefeitura acabam discriminando grande parte da população soteropolitana, justo aquela com mais dificuldades de deslocamento²¹ e falta de opções de lazer. Em uma cidade, onde grande parte da população anda a pé, por falta de recursos para utilizar o transporte público, não é difícil perceber para que perfil de usuário foram pensados o Parque Costa Azul e o Jardim dos Namorados.

Nós também já abordamos em outras ocasiões²² a preocupação – muitas vezes exclusiva – dos arquitetos e paisagistas com a forma e o desenho dos novos espaços públicos. Esses profissionais tendem a supervalorizar o aspecto pedagógico e midiático dos parques atuais, entendendo-os como “museus da Natureza”, o que restringe para os usuários os modos de apropriação desses espaços. A observação mostra que, em geral, ao realizar esses projetos, os poderes públicos tiram proveito de imagens standardizadas, enfatizando o valor de mercado dos novos equipamentos, para realçar e dar visibilidade às cidades e aos bairros requalificados. Definidos como “*lugares naturais modificados pela ação do homem para fins estéticos*”²³, os novos parques são hoje mediadores da “cultura oficial”, hegemônica, nivelando as diferenças para deixar emergir

²⁰ ROCHA, 1998.

²¹ Em Paris, a garantia de acessibilidade física aos novos parques não assegura sua apropriação pelas classes populares e o problema da democratização do acesso não se resume a uma repartição espacial equitativa dos equipamentos que permitiria, em tese, chances de utilização equivalentes a todas as categorias sociais. De fato, deve-se falar aqui de uma distância mais social que física com relação aos novos parques públicos, já que as noções de segregação social e espacial servem algumas vezes para caracterizar realidades distintas (BALLION, AMAR & GRANDJEAN, 1983).

²² No mesmo artigo citado anteriormente e em outro texto – também inédito – aceito para publicação na Revista Paisagem e Ambiente – Ensaios, intitulado *Paisagem em Movimento: O Parque André-Citroën em Paris*.

²³ BALLION, AMAR & GRANDJEAN, *op. cit.*, p. 34 (tradução do autor).

uma representação congelada, folclorizada e simplificada da "Natureza" no contexto urbano.

PARQUE PÚBLICO COMO INSTRUMENTO DE VALORIZAÇÃO DO SOLO URBANO

As operações urbanísticas que deram origem a três grandes parques em Paris, nos anos 1990, obedecem a uma lógica comum de revalorização de áreas industriais e residenciais decadentes, transformando-as em imensos canteiros de obras denominados de "ZACs", grandes zonas de planejamento administradas por sociedades de economia mista, articulando a prefeitura ou o Estado francês ao capital privado (SEMAEST, em Bercy, SEMEA 15, em Javel-Citroën, e SEMAVIP, em La Villette)²⁴. Em Bercy, uma área de 51 hectares foi reurbanizada, originando, além do parque de 13 hectares, 1.400 apartamentos, quatro hotéis, uma superfície de escritórios e comércio de 11 hectares, além de duas escolas, uma creche e ateliês para artistas. No bairro de Javel-Citroën (área total reurbanizada de 32 hectares), além do parque de 14 hectares, surgem 2.400 apartamentos, uma superfície de escritórios e comércio de 11 hectares, um hospital, duas escolas, um colégio, duas creches, um ginásio, duas salas de esporte, uma biblioteca e um clube para jovens, uma agência dos correios, ateliês para artistas, assim como um importante pólo audiovisual que inclui as sedes da France Télévision, do Canal Plus e da Eutelsat. Em La Villette, numa área total de 26,7 hectares (ZAC "Bassin de La Villette", ZAC "Flandre Nord" e ZAC "Flandre Sud"), foram construídos 1.750 apartamentos, uma superfície de escritórios e comércio de 4,1 hectares, um hotel, uma biblioteca para jovens, duas escolas e uma creche. Nos setores "Villette Nord" e "Villette Sud", o Estado francês também construiu, além do parque de 15 hectares, 640 apartamentos, uma superfície de escritórios e comércio de 0,75 hectares, um hotel de 250 leitos e uma agência de correios.

De acordo com os dados da Associação de Cartórios de Paris, de junho de 2001 a junho de 2002, houve uma valorização do solo urbano em todos os bairros onde estas operações foram realizadas:

²⁴ Introduzidas por uma lei de 1968, as ZACs constituíram-se desde então em um dos mais importantes dispositivos de operacionalização de grandes intervenções urbanas na França, evidenciando a interferência direta dos poderes públicos no mercado fundiário (Cf. ASCHER, 1994 e CLAVAL, 1981).

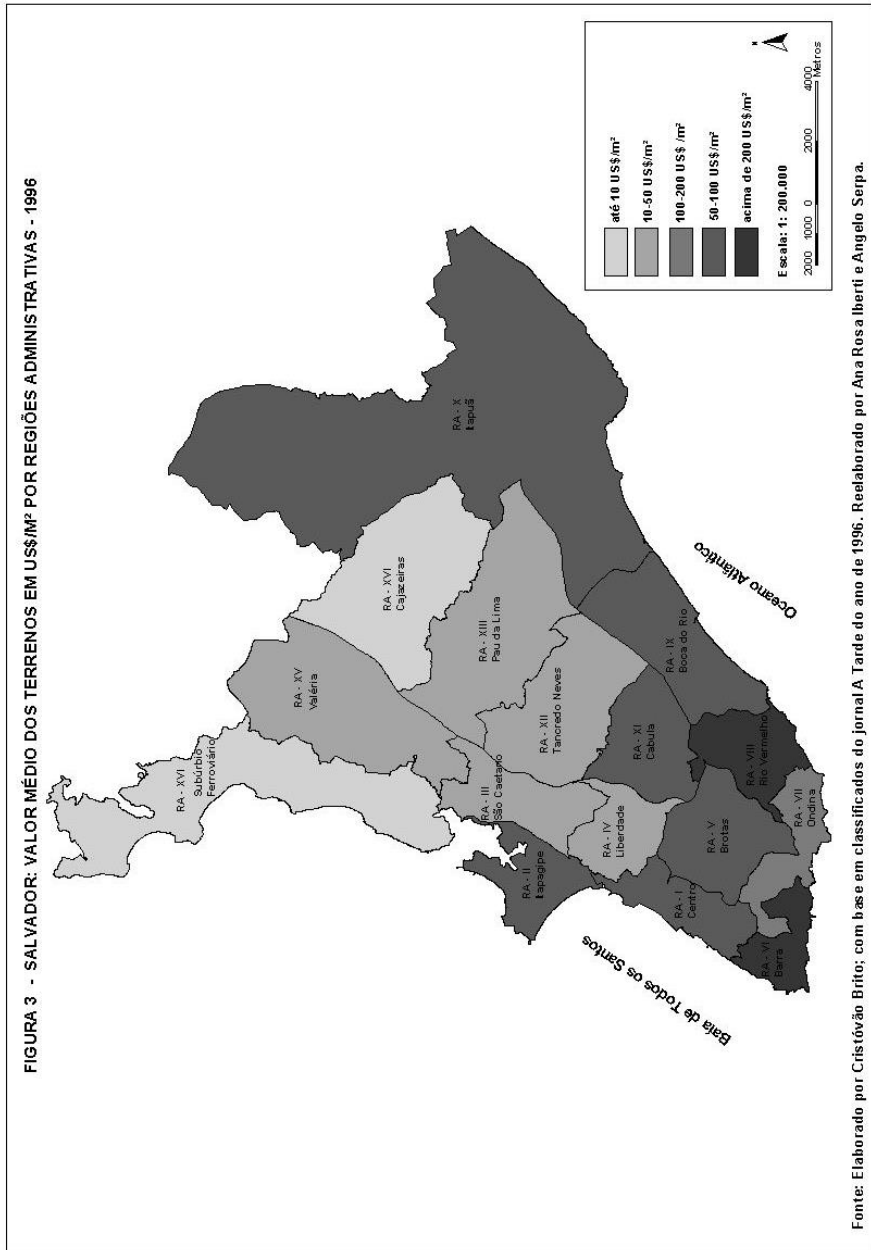
de +8,7% em Bercy (situado no 12º distrito de Paris), de +6,7% em Javel-Citroën (no 15º distrito parisiense), de +12,5% em La Villette e de +15,4% em Pont de Flandre (ambos no 19º distrito). Com exceção de Javel-Citroën, a valorização do solo urbano nesses bairros foi superior à média parisiense, no mesmo período, de +7,2%. Em Bercy, assim como em La Villette e Pont de Flandres, a valorização do solo foi também maior que nos distritos onde estão localizados esses bairros (no 12º distrito, de +7,0%, e no 19º distrito, de +9,3%).

Trabalhando com os dados do censo de 1999 (do INSEE), o Ateliê Parisiense de Urbanismo elaborou uma representação cartográfica para Paris e sua região metropolitana, com a estrutura sócio-profissional simplificada da população ativa. Analisando-se estes dados, pode-se afirmar que tanto no bairro de Bercy, como no bairro de Javel-Citroën, há uma predominância de profissionais liberais, administradores de empresas e trabalhadores com nível elevado de estudos. Isso é mais evidente em Javel-Citroën, onde este tipo de população corresponde a mais de 50% dos habitantes do bairro, enquanto, em Bercy, o percentual varia entre 40 e mais de 50%. A exceção fica por conta dos bairros de La Villette e Pont de Flandres, onde os operários e os trabalhadores com baixa qualificação ainda constituem de 40 a mais de 50% da população ativa residente nestes bairros. A persistência desse tipo de população em La Villette pode ser talvez explicada pelo relativo atraso das obras de reurbanização nesta área, com relação aos bairros de Bercy e Javel-Citroën.

Em Salvador, apesar da ausência de estudos detalhados sobre a valorização do solo urbano, uma pesquisa de Brito (1997)²⁵ mostra que o Subúrbio Ferroviário e Cajazeiras dividem o metro quadrado mais barato da cidade (Figura 3), em contraste com os bairros centrais e aqueles localizados na orla atlântica, como Graça, Barra, Pituba, Itaigara, Caminho das Árvores, Jardim de Allah, Costa Azul, Patamares, Itapuã e Stella Maris, localizados nas Regiões Administrativas Barra, Rio Vermelho, Boca do Rio e Itapuã²⁶.

²⁵ Como não há pesquisas sistemáticas e detalhadas do preço do metro quadrado, o autor acompanhou durante os anos de 1970, 1980, 1990 e 1996 a publicação de anúncios classificados de vendas de terrenos, casas e apartamentos em Salvador, no Jornal A Tarde, para escrever sua dissertação de mestrado sobre a escassez de terrenos para construção na capital baiana (Cf. BRITO, 1997).

²⁶ Cf. também SERPA, 2000.



A cidade, que cresceu de sul para norte, se desenvolveu inicialmente a partir da entrada da Baía de Todos os Santos ao longo de sua borda leste. A análise da dinâmica de expansão urbana permite individualizar dois vetores principais de crescimento. Um primeiro vetor, ao longo da BR-324, engloba uma mancha urbana de baixa renda, que pressiona os ambientes estuarinos da Baía de Todos os Santos. O segundo vetor se desenvolve ao longo da Avenida Paralela, englobando uma mancha urbana de renda média alta, compreendida entre esta via e a orla atlântica. Enquanto na orla atlântica investimentos em infra-estrutura estão na ordem do dia, nas praias da Baía a situação é de abandono e degradação. Embora o *Programa de Recuperação das Áreas Degradadas de Salvador e dos Parques Metropolitanos* seja uma tentativa de repensar a cidade em termos urbanísticos, o que vem sendo priorizado pela CONDER é a vocação turística da capital baiana, com a valorização de grandes parques, próximos à orla atlântica. O programa não atende, porém, áreas periféricas da cidade, onde o abandono das praças e parques é notório. O Parque de São Bartolomeu, por exemplo, que é uma importante reserva de mata atlântica e espaço sagrado para os praticantes do candomblé, localizado no Subúrbio Ferroviário de Salvador, encontra-se totalmente abandonado.

Mesmo que o discurso oficial defenda a idéia de que os novos equipamentos têm fomentado um novo comportamento nas atividades de lazer dos baianos, até então restritas à praia, poucos se beneficiam, além dos turistas e dos moradores do entorno, dos novos parques e praças. Em geral distantes dos bairros periféricos da cidade, os novos equipamentos vêm segregar ainda mais a população de baixa renda, que não dispõe de carro particular nem de transporte coletivo eficiente. Uma reportagem do Jornal A Tarde faz um relato pormenorizado sobre a adoção de praças e logradouros públicos por empresas privadas, através do *Programa de Adoção de Praças, Áreas Verdes, Monumentos e Espaços Livres, da Prefeitura Municipal*.

Em 1999, foram aprovados sete projetos e oito estavam em andamento na capital baiana. Segundo o jornal, a população "*não precisa mais temer a descontinuidade política, pois as empresas ficam responsáveis pela manutenção dos benefícios, e para os empresários serve como um veículo de marketing*"²⁷. Uma análise da distribuição dos quinze projetos anteriormente citados confirma uma concentração

²⁷ JORNAL A TARDE, 22 ago. 1999.

das intervenções em áreas consideradas nobres, como a Praça Marconi (na Pituba), a Praça do Iguatemi, o Parque da Cidade (no Itaigara) ou a Avenida Antônio Carlos Magalhães. A prefeitura justifica com *"a escassez de recursos, que não permite que se atenda à demanda de obras e serviços que a comunidade reclama, a necessidade de unir esforços do Poder Público com a iniciativa privada e grupos sociais organizados, para a implantação, conservação e manutenção de praças, áreas verdes, monumentos e espaços livres da cidade"*²⁸.

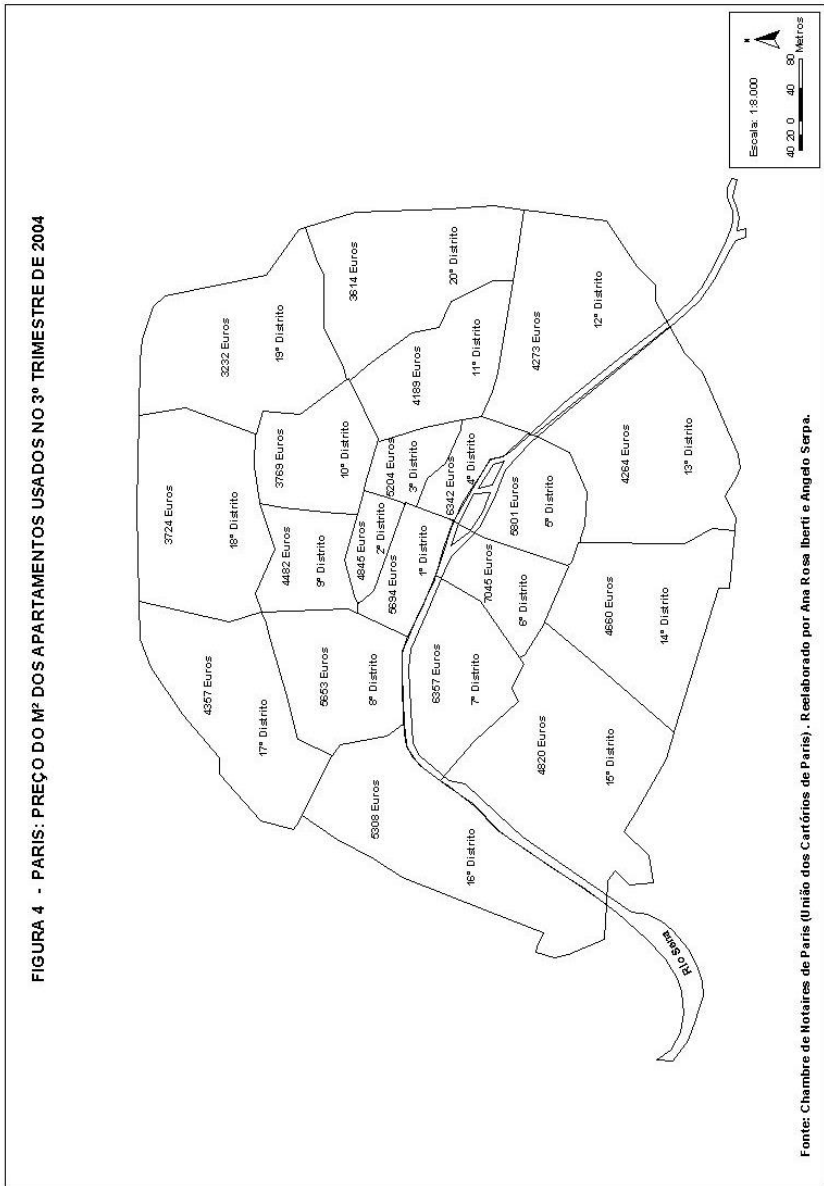
Em Paris, alguns estudos mostram uma cidade que, se não segrega, pelo menos separa e imprime no espaço urbano uma marcada divisão entre distritos mais ricos e mais pobres. É o que Preteceille (2002) chama de *"um processo parcial de dualização do espaço"*²⁹. Comparando o preço dos imóveis nos diferentes distritos de Paris, Pinçon & Pinçon-Charlot (1989) concluem que o sétimo, o oitavo, o 16º e o sexto distritos, bem como a "banlieue" de Neuilly, são os lugares privilegiados pelos mais ricos, enquanto, do outro lado da moeda, o 18º, o 20º, o décimo e o 19º distritos concentram a população menos favorecida. Uma linha invisível "parte", portanto, a cidade em duas: o "oeste rico" e o "leste pobre". Segundo os mesmos autores, os apartamentos e casas dos "belos bairros" nos distritos mais ricos não são somente os mais caros³⁰ (Figura 4), mas também os maiores: há um paralelismo entre os preços e o tamanho dos imóveis. A densidade de população também é menor nos distritos mais ricos que nos distritos mais pobres: 119 e 165 habitantes por hectare no oitavo e sétimo distritos, contra 300 e 311 no décimo e no 18º distritos, por exemplo. Esse privilégio se exprime também através de uma maior qualidade ambiental nos distritos mais ricos da cidade: abundância de vegetação pela presença de jardins, qualidade arquitetônica dos imóveis e comércio de artigos de luxo, *"signos sociais que exprimem a qualidade social de um bairro e de seus habitantes"*³¹.

²⁸ *Ibidem*.

²⁹ PRETECEILLE, 1997, p. 106 (tradução do autor).

³⁰ Veja também CLAVAL, 1981.

³¹ PINÇON & PINÇON-CHARLOT, 1989, p. 23 (tradução do autor).



A mistura de classes sociais nos diferentes bairros de Paris foi reduzida drasticamente com a requalificação urbana do barão Haussmann nos anos 1850-1860. Durante a primeira metade do século XIX, existia ainda uma certa heterogeneidade na repartição das casas e apartamentos. Depois das reformas de Haussmann, o objetivo era tornar os bairros unidades econômicas homogêneas. Quem investia na construção ou na renovação da cidade sabia exatamente onde colocar seus capitais, de acordo com uma racionalidade homogeneizante. Surge assim uma *"ecologia de bairros que corresponde a uma ecologia de classes sociais"*³². Os projetos e realizações de Haussmann levam, segundo Roncayolo (1989), a uma repartição desigual da infra-estrutura urbana, ainda visível na paisagem atual. Os mapas confirmam uma estranha assimetria entre leste e oeste, que se opõem por seu perfil morfológico e seu conteúdo social e funcional (os "burgueses do oeste" versus os "selvagens do leste"). Para Roncayolo (1989), *"a densidade e a intensidade diferenciadas das operações urbanas (construção de vias, praças, parques e edifícios públicos) de Haussmann vão agravar as diferenças no interior do território parisiense"*³³.

Na capital baiana, com a "reforma urbana" de 1967, acentua-se o processo de valorização fundiária dos bairros localizados na orla atlântica ou nas suas proximidades em detrimento daqueles situados na orla suburbana. Naquele ano, a prefeitura municipal, grande (e única) proprietária de terrenos localizados às margens da atual Avenida Paralela vende barato seu patrimônio fundiário a (poucas) empreiteiras e construtoras fazendo "explodir" o preço do metro quadrado nessa área da cidade. Surgem novos bairros verticalizados como o Imbuí. Única via expressa de Salvador, a Avenida Paralela já representa, segundo corretores de imóveis, o novo pólo de expansão residencial e comercial da cidade. Hoje, nada menos do que dez empreendimentos residenciais estão projetados em vários trechos da avenida, com cerca de mil unidades. Duas faculdades, acolhendo uma população de mais de quatro mil alunos, já foram implantadas e deverão dobrar esse contingente nos próximos dois anos. As margens da avenida começam agora a ser disputadas por revendas de automóveis. Bem projetada e com canteiros centrais que possibilitam ainda uma maior ampliação das pistas, a avenida corta áreas remanescentes de Mata Atlântica, o que aumenta seu valor imobiliário. Segundo algumas incorporadoras, o metro quadrado na Avenida Paralela já é o mais caro na cidade, considerando-se as dimensões de lotes que são

³² SENNET, 1974, p. 111 (tradução do autor).

³³ RONCAYOLO, 1989, p. 227 (tradução do autor).

oferecidos, geralmente numa dimensão não inferior a cinco campos de futebol³⁴.

Os novos parques da orla atlântica vêm, portanto, alimentar e “coroar” um processo de valorização imobiliária das áreas nobres da cidade, acrescentando novas amenidades físicas³⁵ aos bairros que já possuem melhor infra-estrutura de comércio e serviços, bem como vias expressas para circulação de veículos particulares. A lógica da localização dos parques em Salvador obedece também ao princípio de priorizar áreas com algum interesse turístico, próximas a grandes equipamentos como o Aeroporto Internacional, o Centro de Convenções e os *shoppings centers* Iguatemi e Aeroclube Plaza (Figura 1). Em Paris, os parques já nascem como elementos de valorização de bairros novos, que surgem em antigos terrenos industriais da capital francesa. Junto a eles, novos equipamentos culturais e de lazer são acrescentados ao tecido urbano, com o intuito de transformar áreas decadentes em pólos de “lazer festivo” da cidade³⁶. Trata-se de ambientes em plena mutação, onde ao redor de um grande parque são implantados equipamentos culturais ao lado de imóveis comerciais e residenciais, resultando em novos bairros de “affaires” e com vocação de lazer, produtos de operações urbanas que buscam vantagens comparativas e atratividade para as áreas requalificadas³⁷.

Isso é evidente na concepção e implantação do novo bairro de Bercy – situado entre o Palácio de Esportes Paris-Bercy e o anel rodoviário que contorna a cidade – que experimentou metamorfoses profundas em pouco mais de uma década. Bem servido pelo sistema de transporte coletivo, o bairro possui hoje um grande complexo de negócios de nove andares (Zeus-Paris-Bercy), com 234.000 metros quadrados de escritórios, de locais de atividades e de estacionamento, além de um parque hoteleiro

³⁴ JORNAL A TARDE, 30 nov. 2002.

³⁵ O Parque Costa Azul possui restaurantes, equipamentos esportivos e *playgrounds* infantis; um anfiteatro é reservado para concertos e espetáculos teatrais gratuitos. O Jardim dos Namorados abriga espaços de lazer infantil, bem como um restaurante e áreas destinadas à prática de esportes.

³⁶ O Parque de La Villette, por exemplo, está intimamente ligado a grandes equipamentos culturais parisienses, como a Cidade da Música (um grande complexo musical, que abriga salas de exposições, sala de concertos, auditórios, conservatório e apartamentos para músicos), o Zenith (grande teatro para concertos de música pop) e a Cidade da Ciência (museu da ciência e da indústria), além do Cabaré Selvagem, da Géode (um cinema para exibição de filmes em três dimensões) e dos Teatros Internacional de Língua Francesa e Paris-Villette. Exposições, espetáculos de circo, peças de teatro, festivais de cinema, concertos de jazz, de música clássica e de música pop fazem parte do cotidiano do lugar. O público é jovem e diversificado e cresce a uma taxa de 15% ao ano.

³⁷ AUGUSTIN, 1998.

diversificado e um importante pólo de lazer da cidade. Este último, conhecido como “Bercy-Village”, está instalado nos galpões e depósitos de vinho, construídos no início do século XIX e inscritos no inventário suplementar de monumentos históricos, antes de serem restaurados e transformados em restaurantes e lojas. No coração do bairro, situado no final da alameda pavimentada Cour Saint-Émilion, um dos maiores cinemas da capital francesa – o UGC Cine Cité Bercy – abriu suas portas em 1999, colocando à disposição do público 18 salas de exibição.

O Parque de Bercy desempenha um papel chave no novo design “décor” do bairro, onde a implantação do espaço público representou a idéia forte e central das transformações urbanas que se deram ali. O Parque permitiu o posicionamento dos diferentes programas e operações ao seu redor: *“Na extremidade norte, o Palácio de Esportes cria um elemento de atração, na extremidade sul, as atividades comerciais e de serviços formam um segundo pólo de atratividade, capaz de criar uma ‘tensão’ positiva com o Palácio. Entre as duas extremidades, foram dispostos os quarteirões de novos conjuntos habitacionais, beneficiando-se da vista sobre o Parque”*³⁸. Uma relação de transparência foi estabelecida entre as fachadas dos prédios e o parque, garantida pela implantação de edifícios isolados, com terraços e balcões que fazem a transição entre massa construída e massa vegetada. Por fim, um grande terraço de oito metros de altura e 14 metros de largura – aberto ao público, dia e noite, como as áreas gramadas – faz a ligação entre as extremidades norte e sul do bairro, tornando-se uma “promenade-belvedere”, margeando o Rio Sena e os jardins³⁹.

A concepção e implantação dos Parques André-Citroën e Bercy apresentam muitos pontos em comum. Os dois parques, originados das decisões do Conselho de Paris, no início dos anos 1970, deveriam contribuir para a criação de novos bairros, com funções residenciais, comerciais e de serviços, no lugar de antigos terrenos industriais ou de depósitos/entrepósitos, próximos dos limites da cidade: as fábricas Citroën e os depósitos de vinho de Bercy e, nos dois casos, os terrenos contíguos da rede ferroviária. Eles também deveriam constituir-se em equipamentos para a toda a aglomeração parisiense, oferecendo aos bairros vizinhos espaços atrativos de lazer e recreação, assim como uma nova identidade que contribuísse para sua valorização⁴⁰.

³⁸ REBOIS, 1994, p. 69 (tradução do autor).

³⁹ MARTIN, 1996.

⁴⁰ STARKMAN, 1993.

Em Javel-Citroën, como em Bercy, parque e bairro estão perfeitamente articulados, o que demonstra um desejo claro de “simbiose” entre os ambientes vegetados e construídos, através da ausência de grades e muros em quase todos os imóveis residenciais e comerciais⁴¹; não há ruptura visual entre as árvores do parque e as ruas do bairro. Um dos objetivos principais da operação urbanística era justamente o de obter esta permeabilidade visual, graças à prescrição de abertura da massa construída sobre os espaços plantados do parque; o de promover uma unidade na composição plástica das fachadas fronteiriças ao parque, insistindo sobre um tratamento arquitetônico do conjunto a partir do parque e irradiando por toda a periferia do bairro⁴². As “vilas” desenhadas por Roland Simounet exprimem esse desejo de abertura sobre o parque, fazendo dialogar os edifícios com os jardins seriais de Gilles Clément⁴³: *“a cada vila privada corresponde uma pequena estufa do jardim serial; reciprocamente, cada fachada se projeta entre duas estufas, sobre o jardim serial respectivo, para o qual ela funciona como o fundo da cena”*⁴⁴.

PARQUE PÚBLICO, DISCURSO OFICIAL E POLÍTICA HABITACIONAL

As características positivas do parque público são sempre evidenciadas nos discursos oficiais. Ressalta-se as vantagens da implantação desses equipamentos para o conjunto dos habitantes das cidades, assim como a melhoria da qualidade de vida para as gerações futuras, garantida pela criação dos novos parques. Falando sobre a política da Prefeitura de Paris “em favor dos espaços verdes”, Jacqueline Nebout (encarregada de assuntos relacionados ao Meio Ambiente, Parques, Jardins e Espaços Verdes da Prefeitura de Paris, presidente do júri dos concursos públicos para implantação dos Parques de Bercy e André-Citroën) resume a política municipal neste campo em três palavras-chave: preservar, enriquecer e animar: *“Preservar, já que a cidade de Paris, mais que qualquer outra, com seus parques haussmanianos é responsável por um patrimônio de jardins, que convém preservar com respeito, amor e cuidados especiais, para a alegria, o prazer e no interesse das gerações futuras. Enriquecer, porque as populações urbanas, com muita razão, aliás, reivindicarão,*

⁴¹ RUEFF, 1993.

⁴² MILLIEX, 1993.

⁴³ Jardins temáticos e seis pequenas estufas estão instalados ao redor do gramado central: ao norte, o Jardim em Movimento, ao sul, o Jardim Negro e o Jardim Branco e na direção nordeste os seis jardins “seriais” de Clément: o Jardim Azul, o Jardim Verde, o Jardim Laranja, o Jardim Vermelho, o Jardim Dourado e o Jardim Prateado.

⁴⁴ MILLIEX, *op. cit.*, p. 94 (tradução do autor).

*mais do que nunca, uma melhoria quantitativa e qualitativa do ambiente urbano. E finalmente animar, pois os parques e jardins de nossas aglomerações devem ser também lugar de diversão para os cidadãos*⁴⁵.

No entanto, uma análise mais aprofundada, confrontando as políticas de implantação de grandes parques públicos e a política habitacional aplicada em Paris e Salvador mostra uma oposição manifesta entre o discurso e a prática dos poderes públicos nas duas metrópoles. Como observa Preteceille (1997), é a existência de um parque residencial de caráter social que *"oferece àquela população, constituída de operários e empregados de baixa renda, a possibilidade de fixar residência nas zonas mais centrais da aglomeração"*⁴⁶. Mas, em geral, a distribuição espacial das habitações sociais *"segue largamente as grandes tendências da segregação espacial"*⁴⁷. A análise da repartição espacial das habitações de caráter social suscita portanto novas questões ligadas aos aspectos econômicos das operações de revitalização/requalificação que originaram os novos parques públicos: *"as reestruturações econômicas no contexto urbano produzem transformações importantes do uso social do espaço e podem também contribuir para mudar seu conteúdo social"*⁴⁸.

Com 190.000 unidades habitacionais de um total de 1,3 milhões, o parque residencial de caráter social (unidades "HLM", com aluguéis subsidiados com recursos públicos⁴⁹) em Paris representa 15% do total de habitações na cidade. Mas seu peso na construção de novas residências nos últimos anos é muito maior, já que ele constitui cerca de 30% do patrimônio construído depois da Segunda Guerra Mundial. Porém, a distribuição dessas "habitações sociais" é muito desigual nos distritos parisienses: inexistem no sétimo e no oitavo e representam uma em cada três unidades habitacionais no 12º e no 13º distritos. Elas também estão concentradas na mão de poucos proprietários, três sociedades de economia mista com a participação da Prefeitura de Paris, que detêm 71% do patrimônio construído⁵⁰. Se, antes da Segunda Guerra, Paris concentrava a maior parte da construção social, hoje isso tornou-se um "affaire" da periferia, isto é, dos municípios que compõem a região metropolitana parisiense. Em 1950, a cidade concentrava 60% do parque residencial de caráter

⁴⁵ NEBOUT, 1986, p. 109 (tradução do autor).

⁴⁶ PRETECEILLE, 1997, p. 114 (tradução do autor).

⁴⁷ *Ibidem*, p. 115 (tradução do autor).

⁴⁸ *Ibidem*, p. 113 (tradução do autor).

⁴⁹ Onde o aluguel médio é 40% inferior àquele de um imóvel equivalente, ao preço do mercado. Ver a esse propósito: GIRAUD, 1993.

⁵⁰ LACOSTE, 2000.

social, hoje esse percentual é de menos de 18%!⁵¹. Partindo destas constatações, Lacoste (2000) afirma que o desenvolvimento do parque residencial “HLM” tornou-se *“um assunto da periferia, nos limites do município em um primeiro momento e, depois, nos municípios periféricos da aglomeração”*⁵².

O Escritório Público do Parque Residencial “HLM”, totalmente regido pela Prefeitura de Paris, administrava, em 1982, 2.517 unidades habitacionais em Hauts-de-Seine, 4.369, em Seine-Saint-Denis e 4.443, em Val-de-Marne. A Direção Imobiliária da Cidade de Paris, um organismo de economia mista onde a Prefeitura de Paris controla 37% do capital, geria, naquele mesmo ano, 1.035 apartamentos em Seine-Saint-Denis, 1.542, em Val-de-Marne, 807, em Essonne, e 224, em Hauts-de-Seine. Finalmente, a Sociedade Anônima de Gestão Imobiliária, onde a Prefeitura de Paris detém 40% do capital, administrava 835 apartamentos em Villeneuve-Saint-Georges, 391, em Saint-Denis, 288, em Sevran, e 1.447, em Créteil⁵³ (Figura 5).

Assim, o processo de renovação de bairros populares como a Goutte d’Or⁵⁴ e Belleville ou a construção de novos bairros, como Javel-Citroën e Bercy, acaba por expulsar parte de seus antigos habitantes, tornando os municípios da região metropolitana verdadeiros *“receptáculos da população mais pobre do município-sede”*⁵⁵. O insignificante número de habitações sociais construídos em Paris nos últimos anos, frente à demanda sempre crescente por esse tipo de habitação, torna proibitivo para os menos favorecidos a permanência na cidade⁵⁶. Uma análise do percentual de habitações sociais (PLA) – em relação ao total do patrimônio construído – nas zonas de planejamento (ZACs), onde foram implantados os parques públicos aqui analisados, confirmam essa tese: em Bercy, 45%, em Javel-Citroën, 32%, no Bassin de La Villette, 36% e no setor Villette Sud, 34%.

⁵¹ *Ibidem*.

⁵² *Ibidem*, p. 78 (tradução do autor).

⁵³ BELMESSOUS, 2000.

⁵⁴ A degradação dos imóveis é o ponto de partida de uma grande operação de renovação no setor sul do bairro Goutte d’Or, a partir de 1985. Mais tarde, em 1998, as obras chegam também ao setor norte.

⁵⁵ BELMESSOUS, *op. cit.*, p.81.

⁵⁶ *“Essa é uma prática corrente há algumas décadas, em razão da inadequação do parque residencial de caráter social em Paris às necessidades das famílias, da insuficiência da construção de novas residências e do custo elevado da propriedade e dos aluguéis praticados no mercado livre. A política de distribuição não oferece nenhuma possibilidade às famílias ditas ‘prioritárias’, além de 2.000 imóveis por ano para uma demanda dez vezes maior, enquanto a prefeitura e o escritório HLM orientam voluntariamente essas categorias aos imóveis situados nos municípios periféricos da aglomeração”* (MERLIN apud BELMESSOUS, 2000, p. 80; tradução do autor).



Em Salvador, o principal objetivo do Projeto Cajazeiras – constituído de cooperativas habitacionais populares, geridas atualmente pela CONDER e implantadas ao longo dos anos 1970-1980 na periferia da cidade pela URBIS – Habitação e Urbanização da Bahia S/A (em liquidação) – era instituir um subcentro regional (de equipamentos, comércio e serviços), que contribuísse de forma a evitar a hipertrofia da área central. Neste sentido, pode-se afirmar que seu principal papel era o de abrigar uma numerosa população de baixa renda distribuída em nove bairros, bem como distribuir as atividades de comércio e serviços, como forma de fixar esta mesma população no local⁵⁷. Os conjuntos habitacionais foram construídos em quatro etapas: Cajazeiras IV (641 unidades) e V (1.001 unidades), em 1978, Cajazeiras VII (708 unidades), em 1979, Cajazeiras VI (1.254 unidades), VIII (1.476 unidades), X (1.775 unidades) e XI (2.400 unidades), em 1983, e Cajazeiras III (605 unidades), em 1985⁵⁸. Os conjuntos habitacionais populares de Cajazeiras equivalem, em dimensão e população, a muitos bairros tradicionais da cidade, mas apresentam características bem diferentes quanto ao desenho urbano (malha ortogonal, construções padronizadas etc). Em comum com os bairros populares tradicionais da cidade esses conjuntos possuem a topografia acidentada, o isolamento do centro da cidade, a forte descontinuidade entre os diferentes setores, bem como a ausência de amenidades físicas, como parques públicos, praças e arborização urbana.

Até meados da década de 1970, Salvador abrangia um território equivalente a 30% da área continental do município. Com a implantação dos parques industriais e das grandes avenidas, a malha urbana é ampliada em mais de três vezes. A intensidade deste crescimento favoreceu a descentralização das atividades e a predominância dos processos informais de criação do espaço urbano. Em 1995, um estudo elaborado pela CONDER com base em dados do IBGE indicava os seguintes números para o déficit quantitativo de novas moradias no Estado da Bahia: 108.165 na Região Metropolitana de Salvador, 180.999 nas demais áreas urbanas e 209.374 na área rural⁵⁹. O mesmo estudo indicava no Estado a existência de 527.058 domicílios carentes de infra-estrutura, 251.385 com infra-estrutura inadequada, e mais 176.328 domicílios com adensamento excessivo ou uso de materiais precários na construção. O perfil do déficit habitacional no Estado da Bahia indicava a concentração nas famílias com renda até dois salários mínimos que

⁵⁷ SERPA, 1998.

⁵⁸ *Ibidem*.

⁵⁹ CONDER, 2002.

correspondem a 70,9% do déficit⁶⁰. A partir de 1995, o Programa Viver Melhor vem ao encontro desse déficit, levando melhorias habitacionais a bairros periféricos e carentes, com a construção, em alguns casos, de novas unidades habitacionais. A lógica do programa, no entanto, permanece fiel à idéia de fixar a população de baixa renda em áreas sem amenidades físicas e distantes das áreas centrais e turísticas da cidade (Figura 6).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os exemplos analisados no presente trabalho mostram que o espaço público, o parque público, transformou-se em um "objeto de consumo", em expressão de modismos, vendidos pelas administrações locais e por seus parceiros empresários como o "coroamento" de estratégias (segregacionistas) de requalificação urbana. A forma urbana é promovida aqui por imagens que satisfazem as comunidades profissionais de arquitetos e paisagistas, bem como os contratantes dos projetos. Esses profissionais são obrigados a se fazer compreender por membros de um júri, seduzi-los através de imagens de acesso fácil e imediato. Com a difusão quase instantânea, pelas revistas técnicas, dessas imagens, a arquitetura e o paisagismo transformam-se em fenômenos da moda, com seus ciclos curtos de alguns anos e seus pequenos grupos de pressão profissional formando uma rede internacional⁶¹.

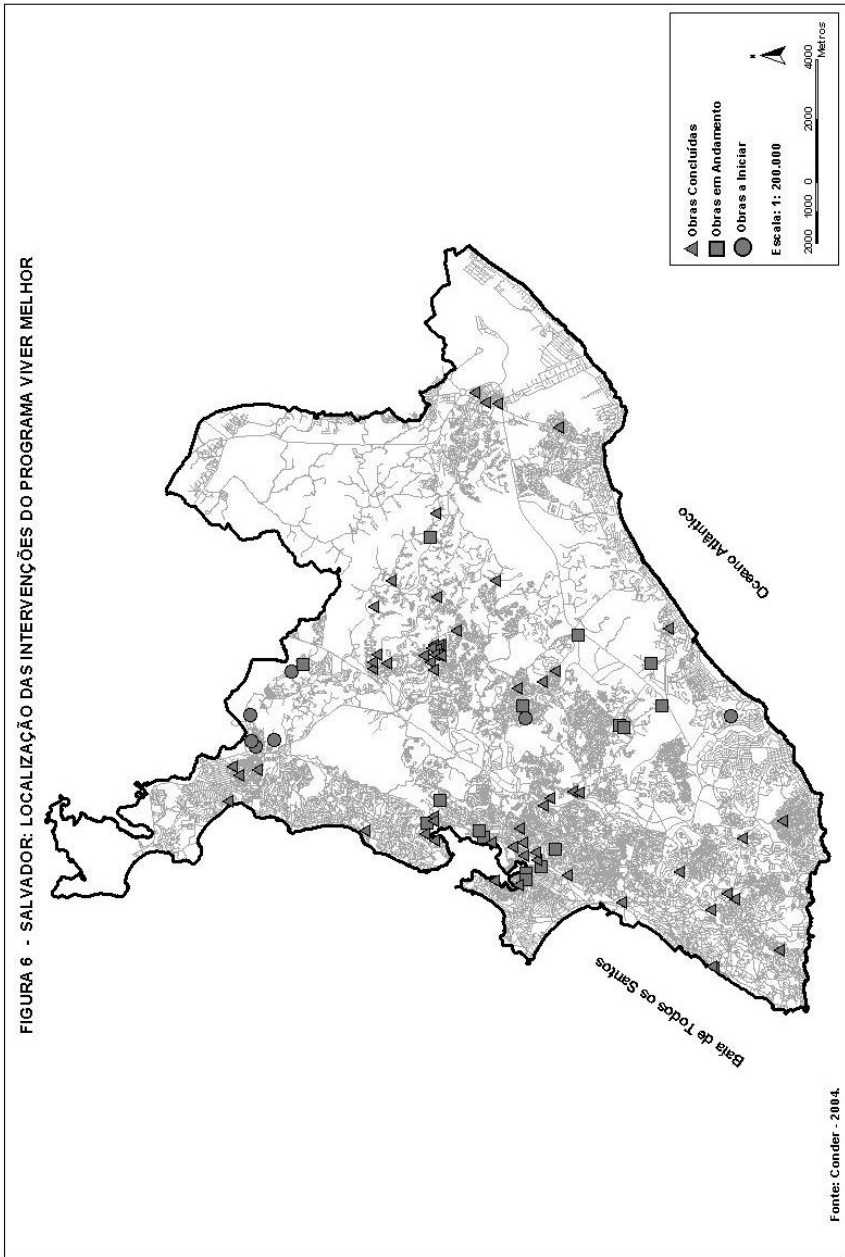
Em Paris, o objetivo maior dessas operações revela-se também através dos imóveis construídos ao redor dos novos parques, assinados e realizados por arquitetos de renome. Eles constituem – como em torno do Parque André-Citroën – *"um conjunto arquitetônico ao mesmo tempo diverso e coerente, considerado como de excelente qualidade"*⁶². Em Bercy, próximo ao Parque, Gérard Depardieu e Caroline Bouquet desejam adquirir uma superfície comercial em um destes imóveis para abrir um restaurante. A construção do equipamento deslanchou uma grande polêmica entre os moradores do bairro que reivindicam, no lugar do restaurante, a construção de uma escola e de equipamentos públicos. A decisão de vender esse lote a promotores imobiliários, tomada pelo antigo prefeito do 12º distrito parisiense, é o principal estopim da polêmica; um pouco tardia, é verdade, já que os reclames anunciando a venda do imóvel já se encontram no local: *"aqui, a Sorif está construindo lojas e 113 apartamentos de alto padrão. Uma operação de prestígio, em um lugar excepcional"*⁶³.

⁶⁰ *Ibidem*.

⁶¹ CHOAY, 1988.

⁶² SEMEA XV, 1998, p. 11 (tradução do autor).

⁶³ JOURDAIN, 2003, p. 18 (tradução do autor).



Lutar pela anulação da construção de apartamentos de alto padrão em um terreno originariamente destinado à instalação de uma escola e de equipamentos públicos, não parece novidade no contexto das metrópoles contemporâneas. Mas a disputa entre as associações de moradores de Bercy e os promotores imobiliários nos incita a ir mais longe na reflexão: essas mesmas associações teriam se manifestado contrariamente à implantação de um parque público? Repetidas vezes, escrevendo esse texto, nos perguntamos quem poderia ser contra a construção de um parque público, se tal questionamento seria incongruente frente ao enorme poder de persuasão das representações da Natureza no contexto urbano. Podemos ser contra a Natureza? Contra o patrimônio "verde" de uma cidade? Será que devemos "desconfiar do verde", como propõe Berque (1997), ao observar "*o aumento das preocupações relativas à ecologia e à paisagem nas nossas sociedades*"⁶⁴?

A Natureza enquanto representação social pode ser encontrada, sobretudo, nos "*conteúdos dos capítulos 'verdes' dos documentos de urbanismo, que parecem de fato ações, bastante incoerentes aliás, para domesticar o corpo social urbano, através de uma reeducação quase ética, associada a remodelagem das formas urbanas*"⁶⁵. Como a Natureza na cidade, o parque público no contexto urbano é uma não-escolha, imposta de cima para baixo para o bem de todos os habitantes. Manipula-se a forma urbana "*para curar a sociedade da cidade ruim, mal acabada, desnaturada*"⁶⁶. Se, de um lado, os discursos oficiais evidenciam sempre as virtudes dos parques urbanos, de outro, e apesar de suas virtudes, estratégias de valorização do solo urbano e de representação política escondem-se por detrás de sua concepção.

Entretanto, os exemplos analisados até aqui não nos permitem ainda estabelecer relações definitivas de causalidade ou de concomitância entre a concepção e implantação dos novos parques urbanos e o processo de substituição de população nas áreas requalificadas. Para aqueles que se perguntam o que poderia tomar o lugar dos parques públicos nestas operações urbanas, estamos inclinados a responder que não são os parques o verdadeiro problema, mas sim os discursos e as políticas urbanas que estão na origem destes projetos.

⁶⁴ BERQUE, 1997, p. 10.

⁶⁵ CALENGE, 1997, p. 14 (tradução do autor).

⁶⁶ *Ibidem*.

A análise das operações de requalificação empreendida ao longo deste artigo mostra a vontade expressa de representação dos poderes públicos junto aos habitantes das grandes cidades e de valorização do patrimônio construído nos bairros renovados. Assistimos sem dúvida a uma inversão da cidade e dos seus modos de funcionamento, de que fala Augustin (1998), à passagem de uma cidade da produção para uma cidade do consumo. Essas mutações concernem também as atividades culturais e os espaços públicos, que se tornam *“lugares do espetáculo para o cidadão ou o visitante de passagem [...] A cidade se reveste de um élan festivo”*⁶⁷. Intervenções cada vez mais pontuais restringem-se a produzir cenários, destinados à fascinação dos futuros usuários, transformando os novos parques urbanos em imagens publicitárias das administrações locais, sem nenhuma continuidade com práticas sociais que pudessem dar-lhes algum conteúdo ou significado⁶⁸. E os efeitos perversos resultantes de certas políticas urbanas estão ficando cada vez mais difíceis de esconder.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à geógrafa Ana Rosa do Carmo Iberti, bolsista de apoio técnico do CNPq, pela colaboração na confecção das figuras que ilustram o texto.

REFERÊNCIAS

- ARANTES, Otília. *Urbanismo em fim de linha*. São Paulo: EDUSP, 1998.
- ASCHER, François. Le partenariat public-privé dans le '(re)développement' - Le cas de la France. In: WERNER, Heinz (dir.). *Partenariats public-privé dans l'aménagement urbain*. Collection Villes et entreprises. Paris: L'Harmattan, 1994. p. 197-248.
- AUGUSTIN, Jean-Pierre. Villes et culture, un nouveau rapport au monde. In: _____; LATOUCHE, Daniel (dirs.). *Lieux Culturels et contextes de villes*. Aquitaine: Maison des sciences de l'homme d'Aquitaine, 1998. p. 9-24.
- _____. La consommation comme loisir. *Urbanisme*. Paris, n. 319, p. 74, 2001.
- BALLION, Robert; AMAR, Laure; GRANDJEAN, Alain. *Le Parc de la Villette – Un espace public à inventer*. Paris: Laboratoire d'Économétrie de l'École Polytechnique, CNRS, 1983.

⁶⁷ AUGUSTIN, 1998, p. 12-13 (tradução do autor).

⁶⁸ ARANTES, 1998.

- BARTHE, Francine. *Parcs et Jardins : étude de pratiques spatiales urbaines*. 1997. 280 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Université de Paris IV, Paris.
- BARTHE-DELOISY, Francine ; SERPA, Angelo. Le Parc Public: Empreintes et Mémoire de la Ville Contemporaine. In: RIO DE JANEIRO CONFERENCE: HISTORICAL DIMENSIONS OF THE RELATIONSHIP BETWEEN SPACE AND CULTURE, 1., 2003, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: International Geographical Union – Commission on the cultural approach in Geography, 2003, cd-rom.
- BELMESSOUS, Hacène. Les à-côtés de la rénovation parisienne. *Urbanisme*. Paris, n. 310, p. 79-82, 2000.
- BERQUE, Augustin. Des toits, des étoiles. *Les annales de la recherche urbaine*. Paris, n. 74, p. 5-11, 1997.
- BIDOU, Catherine. *Les aventuriers du quotidien : Essai sur les nouvelles classes moyennes*. Paris: Presses Universitaires de France, 1984.
- BOURDIEU, Pierre. *La distinction : Critique sociale du jugement*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1979.
- BRITO, Cristóvão Cássio da Trindade. *A produção da escassez de terrenos urbanos em Salvador e suas conseqüências na reprodução futura do espaço urbano*. 1997. 131 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- CALENGE, Christian. De la nature de la ville. *Les annales de la recherche urbaine*. Paris, n. 74, p. 12-19, 1997.
- CHOAY, Françoise. *Histoire de La France Urbaine*. Paris: Éditions du Seuil, 1985.
- _____. Conclusion. In: MERLIN, Pierre (dir.) *Morphologie Urbaine et Parcellaire*. Saint-Denis: Presses Universitaires de Vincennes (PUV), 1988, p. 145-161.
- CLAVAL, Paul. *La logique des villes*. Paris: Litec, 1981.
- CONDER – Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia. *Programa Viver Melhor*. Disponível em: <http://www.conder.ba.gov.br/prog_viver.htm>. Acesso em: 3 dez. 2002.
- DEBIÉ, Franck. *Jardins de Capitales : Une Géographie des parcs et jardins publics de Paris, Londres, Vienne et Berlin*. Paris: Éditions du CNRS, 1992.
- EMPRESAS substituem a administração pública. *Jornal A Tarde*, 1º Caderno, 22 ago. 1999.
- EPPGHLV. *Le Public des Espaces de Plein Air – Étude quantitative et comptages*. Paris: Parc er Grand Halle de La Villette, 1996.
- GIRAUD, Héléne. HLM: la fin des tabous. *Urbanisme*. Paris, n. 264-265, p. 59-62, 1993.

- INGALINA, Patrizia. Paris: Jardins d'hier, Jardins d'aujourd'hui. *LIGEIA – Dossiers sur l'Art*. Paris, n. 19-20, p. 87-91, 1997.
- JOURDAIN, Stéphane. Qui veut gagner le gros lot?. *Zurban Paris*. Paris, n. 125, p. 18-19, 2003.
- LACOSTE, Gérard. Le devenir du logement social. *Urbanisme*. Paris, n. 310, p. 76-79, 2000.
- MARTIN, Emmanuelle. Bercy: les jardins de la mémoire. *Amc*. Paris, n. 70, p. 32-37, 1996.
- MILLIEX, Jean-Michel. Le parc André-Citroën et son quartier. *Paris Projet*. Paris, n. 30-31, p. 90-95, 1993.
- NEBOUT, Jacqueline. Le parc Citroën-Cévennes. *Urbanisme*. Paris, n. 212, p. 109, 1996.
- PARALELA é novo pólo de expansão urbana. *Jornal A Tarde*, 1º Caderno, 30 nov. 2002.
- PINÇON, Michel ; PINÇON-CHARLOT, Monique. *Dans les beaux quartiers*. Paris: Éditions du Seuil, 1989.
- PRETECEILLE, Edmond. Ségrégation, classes et politique dans la grande ville. In: BAGNASCO, Arnaldo; LE GALES, Patrick (dirs.) *Villes en Europe*. Paris: La découverte, 1997. p. 99-127.
- _____. Comment analyser la ségrégation sociale ?. *études foncières*. Paris, n. 98, p. 10-16, 2002.
- REBOIS, Didier. Bercy, un morceau policé. *L'architecture d'aujourd'hui*. Paris, n. 295, p. 68-79, 1994.
- ROCHA, Francisco Ulisses Santos. *Nem só quem tem fé vai a pé: Subsídios à uma política para o pedestre em Salvador*. 1998. 74 f. Monografia (Especialização) – Escola de Serviço Público, Universidade Estadual de Feira de Santana, Salvador.
- RONCAYOLO, Marcel. La croissance de la ville. Les shémas, les étapes. In: BERGERON, Louis (dir.) *Paris: Genèse d'un paysage*. Paris: Picard, 1989. p. 217-261.
- RUEFF, Judith. Le retour de l'esprit jardin – André-Citroën, le nouveau parc où la tradition refléurit. *Urbanisme*. Paris, n. 264-265, p. 45-47, 1993.
- SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SENNET, Richard. *Les Tyrannies de l'Intimité*. Paris: Éditions du Seuil, 1974.
- SERPA, Angelo. *Urbana Baianidade, Baiana Urbanidade*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1998.

_____. Questão fundiária em Salvador. Salvador, *Gazeta Mercantil, Gazeta da Bahia*, p. 2, 10 maio 2000.

SOCIETE D'ECONOMIE MIXTE D'EQUIPEMENT ET D'AMENAGEMENT DU XVEME ARRONDISSEMENT – SEMEA XV. *Le Nouveau Quartier Citroën-Cevennes*. Paris, 1998.

STARKMAN, Nathan. Deux nouveaux parcs à Paris. *Paris Projet*. Paris, n. 30-31, p. 88-89, 1993.

Recebido em 21/01/2005

Aceito em 08/04/2005